

Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br

Leu, 61 anos, convive com problemas de saúde causados pelo trabalho como pescadora desde os 4 anos de idade

Contra a corrente

Cotidiano de quem se dedica à pesca artesanal traz riscos à segurança e à saúde. Política pública estadual promete aumentar o reconhecimento e a participação desses trabalhadores.

Págs. 4 e 5



ACONTECEU NA ALEPE

Alepe na Conferência da Unale

De 9 a 11 de maio, uma comitiva da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) participou da 22ª Conferência da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale). Com o tema “Os desafios de um novo Brasil”, o evento realizado em Gramado (RS) contou com a presença do presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PSC), entre outros parlamentares e servidores. Houve eleição para a diretoria da entidade, que passará a ser presidida pelo deputado Ciro Simoni (PDT-RS). Da Alepe, integrarão a nova gestão os deputados Diogo Moraes (PSB), Zé Maurício (PP) e Eriberto Medeiros (PP).



ECA em quadrinhos

Uma ação educativa da Alepe em parceria com a Prefeitura do Recife contemplou, no dia 26 de maio, mais de 300 pessoas no Centro Comunitário da Paz (Compaz) Escritor Arian Suassuna, no Recife. Elas receberam exemplares do gibi *A Turma da Mônica em: O Estatuto da Criança e do Adolescente*. Em formato de quadrinhos, a publicação apresenta ao público infantil os principais direitos e deveres incluídos no ECA (Lei Federal nº 8069/1990).

VOCÊ NA ALEPE

“São grandes as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no dia a dia. Um exemplo é a ausência de cardápios em Braille, que são obrigatórios. Precisamos criar mecanismos que garantam independência.”

Danyelle Sena

Gerente Jurídica do Procon-PE, ao participar de audiência pública realizada pela Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa com Deficiência, no dia 8 de maio, para debater a acessibilidade em bares, restaurantes e hotéis.



“Viemos fortalecer a luta dos profissionais do Instituto Agrônomo de Pernambuco. A agricultura familiar na Zona da Mata necessita muito do apoio do IPA para a melhoria do trabalho que fazemos.”

José Augusto da Silva

Vice-presidente do Sindicato da Agricultura Familiar de Rio Formoso, durante audiência pública promovida, em 14 de maio, para discutir os desafios dos trabalhadores rurais e a situação do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).



Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas também facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes para a vida do povo pernambucano.



assembleiape



alepeoficial



assembleiape



alepenatv

EM FOCO

Vida na maré

A partir de visitas a 71 comunidades pesqueiras de Pernambuco e entrevistas com cinco mil pescadores, em 2008 e 2009, o Instituto Oceanário produziu, com apoio de outras entidades, o Diagnóstico Socioeconômico da Pesca Artesanal de Pernambuco. Por meio dele é possível conhecer mais sobre o perfil dos homens e mulheres que trabalham nos rios, estuários, manguezais, lagoas e na plataforma continental do Estado. O resultado pode ser acessado em www.oceanario.org.br.



Fique Sabendo

A instituição também produziu um vídeo no qual retrata a árdua rotina das marisqueiras das praias de Carne de Vaca, em Goiana (PE), e de Acaú, em Pitimbu (PB). Elas enfrentam dificuldades para ser reconhecidas como pescadoras perante a Previdência Social e, portanto, acessar os direitos de qualquer trabalhador. Confira!



O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade da Superintendência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa.

EXPEDIENTE: MESA DIRETORA: **Presidente**, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Cleiton Collins; **2º Vice-Presidente**, Deputado Romário Dias; **1º Secretário**, Deputado Diogo Moraes; **2º Secretário**, Deputado Vinícius Labanca; **3º Secretário**, Deputado Júlio Cavalcanti; **4º Secretário**, Deputado Eriberto Medeiros. **Superintendente de Comunicação Social:** Felipe Marques (interino). **Chefe do Departamento de Imprensa:** Isabelle Costa Lima. **Editores:** Helena Alencar e Luciano Galvão Filho. **Revisão:** Cláudia Lucena e Felipe Marques. **Repórteres:** André Zahar, Edson Alves Júnior, Gabriela Bezerra, Haymone Neto, Ivanna de Castro, Luciano Galvão Filho e Geanne Gouveia (estagiária). **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos:** Jarbas Araújo, Lourival Maia, Sabrina Nóbrega e Kerol Correia (estagiária). **Tratamento de Imagem:** Giovanni Costa. **Design:** Brenda Barros. **Diagramação e Edição Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 - Recife-PE. **Fone:** 3183-2126. **PABX:** 3183-2211. **E-mail:** scom@alepe.pe.gov.br

● MOBILIDADE

Sobre duas rodas

Governos incentivam uso da bicicleta, mas faltam segurança e fiscalização

Haymone Neto

FOTO: SABRINA NÓBREGA

Em 1817, o inventor alemão Karl Von Drais criou um objeto de duas rodas batizado de “máquina de correr”. A invenção passou por várias melhorias e, em pouco tempo, ficou conhecida com o nome usado até hoje: bicicleta. Duzentos anos depois, e com mais de um bilhão de exemplares fabricados em todo o mundo, esse meio de transporte é visto não apenas como um feito genial, mas uma alternativa segura, barata, saudável e ecológica para o meio urbano.

No Brasil, os governos têm, aos poucos, melhorado a legislação e ampliado a infraestrutura para ciclistas. “Não existe projeto de mobilidade sem levar em consideração o modal bicicleta”, observa o presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU-PE), Rafael Amaral Tenório.

Apesar dos avanços, em geral, as condições estão longe de ser satisfatórias. De acordo com a pesquisa Perfil do Ciclista, coordenada pela organização não governamental Transporte Ativo e publicada em 2015, metade dos usuários brasileiros pedalaria mais se houvesse uma infraestrutura melhor.

Pedro Guedes, integrante da Associação Metropolitana dos Ciclistas do Grande Recife (Ameciclo), avalia que as políticas públicas para uso da bicicleta em Pernambuco têm



Integrante da Ameciclo, Pedro Guedes questiona políticas públicas que priorizam lazer em prejuízo da mobilidade

se voltado mais ao lazer do que à mobilidade. Ele defende o aumento dos investimentos em ciclovias. “As ações têm sido sempre no final de semana ou em dias específicos para fazer eventos”, comenta.

No Estado, a política de uso da bicicleta passa pelo Plano Diretor Cicloviário da Região Metropolitana do Recife (PDC), um documento lançado em 2014 que define as diretrizes para a ampliação da rede de ciclovias na região. A pesquisa que fundamentou a iniciativa traz pistas sobre o perfil do ciclista do Grande Recife: 58% das viagens feitas com bicicleta têm como destino o trabalho. Três em cada quatro ciclistas é trabalhador e usa o meio de transporte entre 7h e 8h e das 17h às 18h.

É com foco nesse público que o PDC prevê a construção de quase 600 quilômetros de

ciclovias em toda a região, como explica o gerente de Ciclomobilidade da Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer, Jáson Torres. “Em torno de 58% da responsabilidade será do Estado, por meio das ciclovias metropolitanas. O restante será dos municípios, com a estrutura complementar. As diretrizes obrigam a colocar estacionamentos para bicicleta (os bicicletários) vinculados ao sistema de transporte público”, afirma.

O PDC prevê investimentos do Estado e dos municípios de R\$ 355 milhões até 2024. Se os recursos saírem do papel, pode haver impacto positivo na mobilidade, mas também em outras áreas, como a saúde pública. O uso diário da bicicleta, assim como outras atividades físicas, ajuda a combater males como dores, diabetes e hipertensão, obser-

va o cardiologista do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Frederico Ribeiro.

Para o médico, porém, o desafio é garantir segurança no percurso. “É preciso ter uma ciclovias ou calçada segura até o trabalho e de volta para casa, e que não haja riscos de acidentes. Também é importante a educação dos motoristas para respeito aos ciclistas e vice-versa”, diz Ribeiro. O ideal é usar luvas, capacete e fazer a manutenção periódica da bicicleta, complementa.



Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:

alepe.pe.gov.br/radio-alepe/



● PESCA ARTESANAL

À deriva

Poluição, doenças e falta de reconhecimento fazem parte do cotidiano dos pescadores. Política pública estadual implantada em 2017 gera expectativa de tempos melhores

André Zahar

Após ter duas baiteiras (pequenas embarcações a remo) roubadas, a pescadora Edileuza Silva do Nascimento, 61 anos, precisou comprar outra de segunda mão. O barco — ela logo percebe — veio com dois furos por onde entra a água que ela retira com baldes, mal começa o dia no bairro de Brasília Teimosa, Zona Sul do Recife.

Leu, como é conhecida, vai para a maré com a mãe desde os 4 anos de idade. Além da falta de segurança, já passou pelos mesmos problemas de outros trabalhadores do setor (*ver quadro*) — de cortes ao coletar sururu e ostras à dolorosa picada do peixe niquim, que lhe paralisou um dedo da mão. E, como a maioria deles, teve a saúde compro-

metida pelo trabalho: desenvolveu uma hérnia umbilical, provocada pelo peso que carrega diariamente, e uma disfunção no fígado relacionada à poluição das águas.

“Os pescadores estão todos doentes. Quando chegam ao posto, não tem remédio ou curativo. A gente se corta e fica em casa, não pode fazer nada”, relata Leu. “Antigamente não tinha essa lixaria toda no rio. Tinha muito sururu, cada ostra grande. Hoje é fogão, sofá, bacia sanitária, caco de vidro, ferro velho... Está diminuindo a pesca, com essa poluição toda. O rio está se acabando de sujeira, e não pode, porque é o ganha-pão da gente”, afirma.

Moradora da Ilha de Deus, também na Zona Sul da Capital, Noêmia Fernandes conheceu de perto os riscos da profissão ao perder um irmão na maré. “Quando comecei a pescar com a

minha mãe, tinha 10 anos. Deixava de ir para a escola para pegar marisco. Hoje ensino minha filha a pescar, mas falo para estudar também, porque ser pescadora é muito difícil”, comenta.

Os números oficiais atestam a presença de cerca de 13,5 mil pescadores e pescadoras artesanais em Pernambuco. No entanto, por se tratar de um setor com muita informalidade e dados escassos, acredita-se que a quantidade seja ainda maior. Se poluição e problemas de saúde são recorrentes, as entidades de representação do setor consideram que o atual momento político agrava ainda mais a situação.

Em agosto de 2016, a Assembleia Nacional do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais elaborou uma carta reagindo à extinção do Ministério da Pesca, no ano anterior, e à descontinui-

dade de políticas públicas em andamento. A paralisação dos processos de Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e de regularização e demarcação de territórios são as principais consequências do que o movimento vê como um “desmonte intencional” das ações para a área.

No caso de Pernambuco, é o monocultivo intensivo de camarão e tilápia que ameaça a pesca artesanal ao privatizar os espaços pesqueiros de uso comum, na análise do sociólogo Jose Ignácio Vega Fernandez. Na pesquisa dele sobre a implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei Federal nº 11.959/2009), o cientista social avalia que o reconhecimento da pesca artesanal ficou apenas no papel, enquanto a aquicultura intensiva foi a principal favorecida.

VIVER DA PESCA

O PERFIL DO PESCADOR ARTESANAL EM PERNAMBUCO



13,5 MIL*

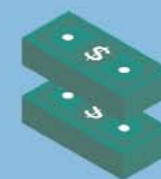
pescadores artesanais cadastrados, espalhados em **55 municípios**

*Estima-se que o número pode ser duas vezes maior, considerando os que estão na informalidade

A pesca artesanal é a atividade principal de **91,4%** deles



Até 2 salários mínimos é a renda familiar de 84,5%



Mais da metade recebe benefícios, principalmente **Bolsa Família**



FOTO: SABRINA NÓBREGA

Pescadora desde a infância, Leu tem saúde comprometida pelo trabalho: “Os pescadores estão doentes”

“Segundo dados da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a aquicultura cresceu 123% no País entre 2005 e 2015. Esse quadro tem se intensificado, com aumento das licitações de água da União e das linhas de crédito para empreendimentos aquícolas”, aponta Vega. “Enquanto isso, os direitos trabalhistas dos pescadores artesanais vêm sofrendo diversos ataques e há sérias dificuldades para realizar a inscrição no RGP, necessário para acessar os direitos previdenciários e assistenciais.”

Em setembro de 2015, Pernambuco passou a contar com a Política da Pesca Artesanal, por meio da Lei Es-

tadual nº 15.590, aprovada na Alepe. Entre outros pontos, a norma cria um comitê gestor com representantes do Poder Público e da sociedade civil, responsável pela execução da política pública.

Ao relatar a proposta na Comissão de Meio Ambiente, o deputado José Humberto Cavalcanti (PTB) destacou que quase 45% de toda a produção anual de pescado no País é oriunda da pesca artesanal. Esses trabalhadores “aparecem como um dos principais aliados à proteção ambiental na região onde atuam. Por isso, devem ser contemplados por ações de governo e políticas públicas”, agregava o parecer.

REGULAMENTAÇÃO

Apesar de não haver territórios pesqueiros formais, a Lei da Pesca Artesanal coloca como premissa a garantia das comunidades tradicionais à posse e fixação das áreas já ocupadas. O Instituto de Terras e Reforma Agrária de Pernambuco (Iterpe) informa que, desde a publicação do Decreto nº 45.396/2017 – que regulamenta a Lei da Pesca Artesanal –, não recebeu nenhuma demanda para regularização fundiária voltada às comunidades pesqueiras em terras já ocupadas.

De acordo com o secretário estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Carlos Cavalcanti, o grande desafio

para a implementação da política é o conhecimento aprofundado da realidade da pesca artesanal no Estado. Por essa razão, o órgão realiza um levantamento da situação nos territórios pesqueiros por meio de oficinas regionais.

Sobre a degradação ambiental, ele considera importante a mobilização da sociedade: “Estamos desenvolvendo a política de educação ambiental, para que a sociedade pernambucana tome atitudes que levem ao cuidado com o meio ambiente. Além disso, a Secretaria atua junto aos municípios para elaborar os planos municipais de resíduos sólidos”, reforça.

Para o secretário-executivo do Conselho Pastoral dos Pescadores - Regional Nordeste, Severino Antônio dos Santos, dos pontos previstos na lei, a criação do Plano Estadual de Assistência Técnica e Extensão da Pesca Artesanal merece atenção especial. “Hoje o quadro técnico do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) tem dez engenheiros de pesca. É preciso que o Estado abra um concurso ou seleção simplificada para que esses profissionais sejam contratados e possam dar a assistência necessária a essa atividade”, pontua.

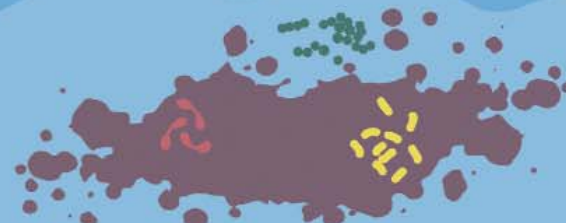


Apenas **6,5%** completaram o Ensino Fundamental

61,5% declaram ter doenças. Problemas de coluna e nos olhos, hipertensão e artrose são as mais comuns



18,5 mil toneladas de pescado foram produzidas em 2014, a maior parte via coleta **manual**



Poluição de rios, estuários e manguezais é apontada como a maior **inimiga** da pesca artesanal

Fonte: Semas-PE, Instituto Oceanário



Leia mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link: alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/



● MEDICINA

Quadro geral

Segmento médico aponta concentração de faculdades na Capital e dificuldade para inserir alunos e profissionais na rede de saúde como principais desafios

Gabriela Bezerra

A pesar de concentrar menos de 20% da população do Estado, o Recife detém quase 71% do quadro médico pernambucano. O cenário é dos mais contrastantes do País, trazendo à reflexão questões que se iniciam ainda na formação profissional. O surgimento de novas faculdades também gera receio quanto à incorporação dos estudantes à estrutura médico-hospitalar.

“Enquanto os cursos de Medicina se multiplicaram, a rede de saúde praticamente não cresceu. Pelo contrário: dados recentes mostram que, do ponto de vista dos campos de prática na atenção primária, ela se retraiu”, explica o coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Sílvio Caldas, indicando um quadro de prejuízo na formação profissional.

O estudante Paulo Vítor Carvalho, que preside o Diretório Acadêmico de Medicina da UFPE, conta que a situação preocupa o grupo. “Alunos de faculdades sem hospital próprio têm realizado atividades extracurriculares em

unidades que já atendem à demanda de outras instituições de ensino. A questão é que não tem lugar para todo mundo”, observa.

Presidente do Conselho Regional de Medicina (Cremep), André Dubeux acredita que a situação tem dificultado o acesso à prática médica. “Recentemente, o primeiro lugar na residência médica de Tocoginecologia não tinha presenciado sequer um parto normal durante a graduação”, relata. Essa conjuntura motivou, em abril, a realização de um debate promovido pela Comissão Especial que avalia os estágios em Pernambuco.

A questão pode repercutir também nas residências médicas, aponta a coordenadora do curso de Medicina da Universidade de Pernambuco (UPE), Dione Maciel: “No ano passado, tivemos cerca de 1.100 formados para 800 vagas. E o número de egressos vai aumentar cada vez mais nos próximos anos, com a conclusão das turmas de faculdades novas”.

Por outro lado, a interiorização do atendimento médico – um dos objetivos da abertura de cursos de graduação – ainda está dis-

RADIOGRAFIA

Números revelam proporção de médicos em Pernambuco abaixo da média do País e concentração na Capital. Interiorizar é dificuldade no Brasil.

16.381 médicos
Média de idade: 45,4 anos



50,4%
homens



49,6%
mulheres



Curriculo

Tempo de formado: 19,5 anos



45,8%
generalistas



54,2%
especialistas

Especialidades com mais médicos:



1º
Clínica
médica



2º
Cirurgia
Geral



4º
Ginecologia
e Obstetria



3º
Pediatria



5º
Anestesiologia



Distribuição

71% dos médicos estão no Recife

**Média de
médicos
por mil
habitantes:**



2,18
Brasil



1,73
Pernambuco



7,12
Recife



Formação

6

Públicas
(510 vagas)

5

Privadas
(700 vagas)

11 Faculdades
(1.210 vagas)

5

Recife
(770 vagas)

6

Fora da Capital
(440 vagas)

Fonte: Demografia Médica no Brasil em 2018 - USP/CFM/Cremesp, com atualizações

tante. “Oferecer faculdades no Interior não fixa o profissional. O que funciona é ter uma rede de saúde”, avalia Dione. “Acredito que a interiorização das residências médicas seria mais eficiente nesse sentido.”

De acordo com a Secretaria Estadual de Saúde, Pernambuco já segue essa tendência. “Temos feito esforço para me-

lhorar a qualidade de assistência no Interior, formando cinturões de atendimento por meio de concursos regionalizados. Até porque estudos mostram que, quanto mais perto o paciente está da rede, maior a chance de ele concluir o tratamento”, frisa a secretária-executiva de Gestão do Trabalho e Educação, Ricarda Samara.

Documento Histórico

DESIGUALDADE

O cenário de concentração nas capitais se repete pelo País. Amazonas e Sergipe encabeçam o ranking, sendo o Estado nordestino aquele com maior distorção na razão de médicos por mil habitantes: a média é de 0,19 no Interior, contra 5,44 na Capital, Aracaju.

A relação entre a concentração de profissionais e a ausência de interiorização das faculdades é significativa. Manaus, que conta com 93,1% dos médicos do Amazonas, abriga também as três faculdades de Medicina naquele Estado. Em Santa Catarina, a situação é diferente: fica em Florianópolis apenas um dos 13 cursos oferecidos.

No último mês de abril, o Ministério da Educação suspendeu a criação de cursos de Medicina por cinco anos em todo o País. Em Pernambuco, a faculdade mais recente iniciou a primeira turma em fevereiro deste ano, com 50 alunos: a Faculdade Tiradentes, em Jaboatão dos Guararapes (RMR). Outra será formada no segundo semestre.

“Desde o primeiro semestre, os alunos frequentarão postos de saúde, fazendo atendimento à comunidade. Caso seja necessário, também buscaremos parcerias com o Governo Estadual para ampliar o acesso à rede de saúde”, afirma Evelin Siqueira, representante do Departamento Acadêmico e Financeiro da Faculdade Tiradentes.

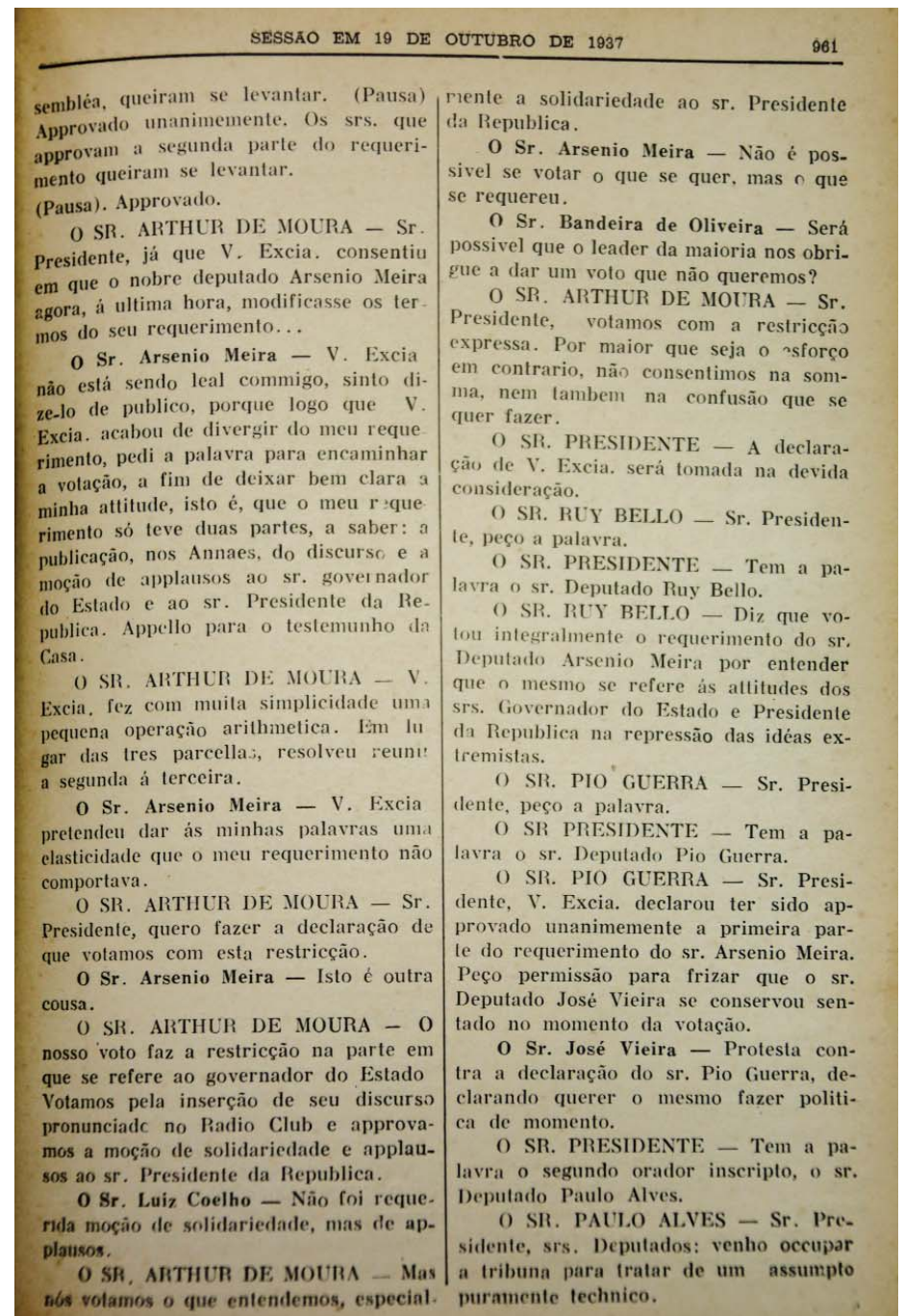
Parlamentares defendiam atuação de Liga contra a Tuberculose

No dia 19 de outubro de 1937, o então deputado Paulo Alves realizou, durante Sessão Plenária, um discurso em defesa da Liga Pernambucana contra a Tuberculose (LPCT). Criada em 19 agosto de 1900 e tendo, entre os fundadores, o médico Octávio de Freitas, a instituição prestava serviços médicos à população e promovia debates constantes sobre tisiologia – ramo da medicina que estuda a doença. O parlamentar discordava da retirada de subvenções concedidas pelos governos Federal e Estadual à entidade.

Na transição do século 19 para o 20, a luta contra a tuberculose (também chamada de “peste branca”) mobilizou o Estado. Devido aos poucos estudos médicos disponíveis à época e ao caráter infectocontagioso da doença – o que dificultava o tratamento em áreas consideradas insalubres –, o controle da enfermidade configurou-se em problema de saúde pública.

Inicialmente, médicos higienistas realizaram campanhas preventivas para instruir a população e as autoridades sobre a importância de adotar boas práticas de limpeza. No entanto, com a descoberta do bacilo de Koch (agente causador da doença) em 1905, ações mais eficazes puderam ser realizadas.

Por meio do trabalho da Liga, foram erguidas unidades de internamento no Recife. Um deles, no bairro do Derby, viria a se tornar, em 1991, o Centro Médico Octávio de Freitas (Cemof), nova denominação social da LPCT. O sanitarista também responde pela criação do Sanatório do Sancho, no bairro de Teijipió, atual Hospital Geral Otávio de Freitas.



CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Discurso Pronunciado pelo deputado Paulo Alves, na Sessão de 19 de outubro de 1937. Acervo do Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.



Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:



alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/

Leitura com igualdade

Escolas devem indicar ou fornecer livros acessíveis para alunos cegos

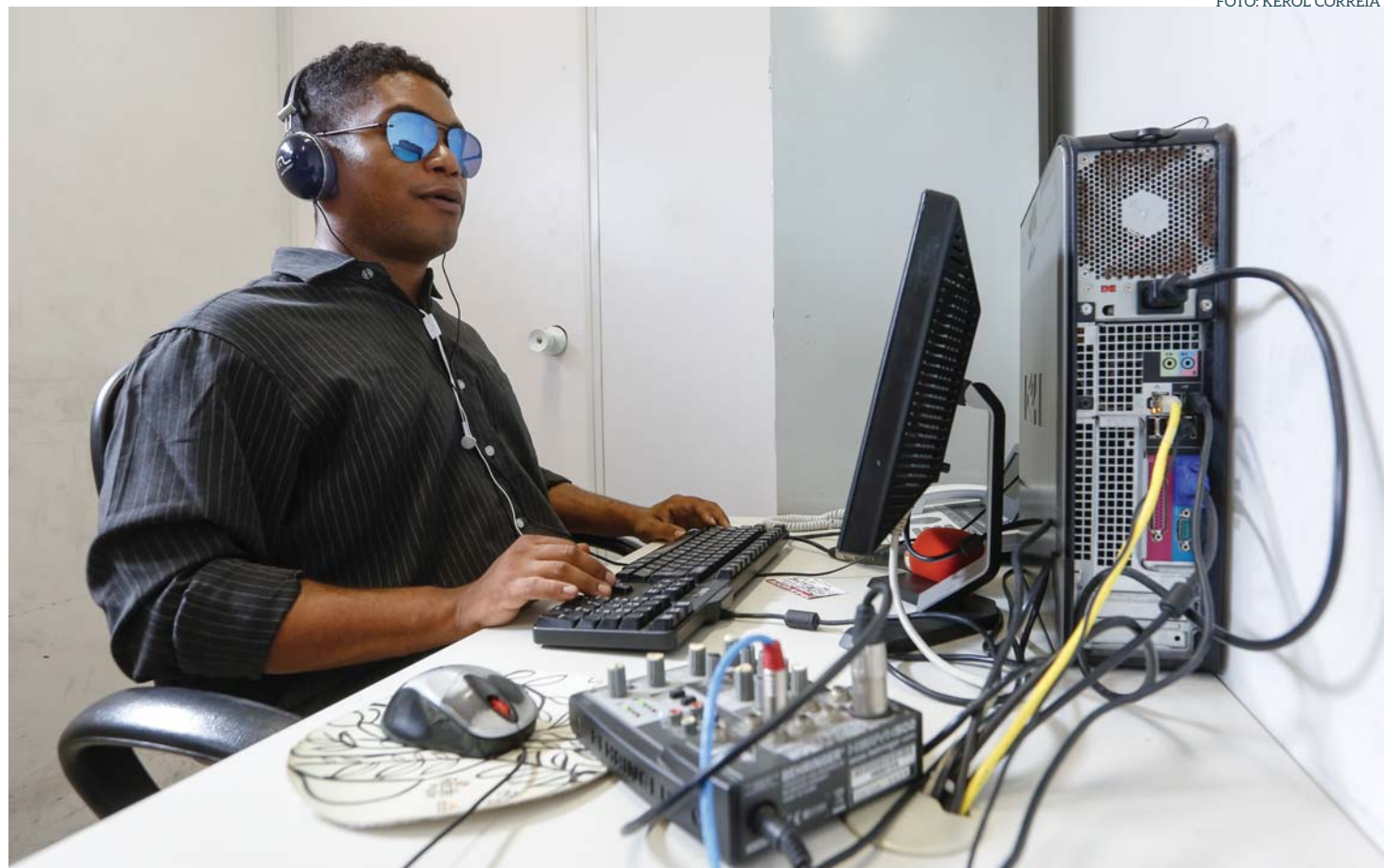
Geanne Gouveia

FOTO: KEROL CORREIA

Por meio da leitura e escrita em Braille, estudantes da Educação Básica com deficiência visual podem ter acesso ao mesmo conteúdo dos livros usados pelos demais alunos. Esse direito é garantido, em Pernambuco, pela Lei Estadual nº 16.262/2017, que determina a indicação (ou o fornecimento direto) de materiais didáticos alternativos acessíveis pelas escolas privadas.

Atualmente, na maioria dos casos, os professores leem o assunto durante as aulas, de modo que alunos com deficiência possam compreender a temática junto com a turma. Prevista na norma, a adoção do método Braille – sistema universal de leitura e escrita tátil, fundamental para a alfabetização das pessoas com deficiência visual – deve assegurar maior autonomia aos estudantes.

A matéria foi proposta pelo deputado Zé Maurício (PP), a partir da análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre essa população. “O objetivo da medida é que os alunos com deficiência visual tenham as mesmas condições de aprendizado dos demais”, explica o parlamentar. Em 2015, o IBGE revelou que



Para Vinícius, “antes de matricular aluno com deficiência, escola deve garantir permanência dos estudantes”

6,2% da população do Brasil têm algum tipo de deficiência, sendo a visual a mais representativa, atingindo 3,6% dos brasileiros.

Para que os estudantes sejam alfabetizados e se desenvolvam cognitivamente, a lei indica, ainda, a adoção de materiais e equipamentos adaptados. “Queremos que haja igualdade, de forma democrática, sem que a deficiência seja um obstáculo para isso”, completa Zé Maurício.

Pedagoga do Instituto dos Cegos de Pernambuco, Vitória Damasceno aponta avanços tecnológicos que

podem ser utilizados nas escolas como forma de inclusão, a exemplo de programas de voz no computador e equipamentos de leitura em áudio, além do scanner com digitalização em Braille. “Os alunos com deficiência visual têm o direito de atuar em condições iguais às demais na sala de aula”, defende.

Para o jornalista Vinícius Passos, que perdeu a visão aos 13 anos, a lei nem precisaria existir se as instituições de ensino já tivessem consciência do problema. “Antes de matricular o aluno com deficiência, seja ela

física, intelectual, auditiva ou visual, a escola deve garantir a permanência e a conclusão dos estudos dele”, destaca. Na avaliação do profissional, “a norma evitará que as escolas se omitam”.

Educadores da rede privada de ensino ressaltam a relevância da medida. “Isso pode garantir o pertencimento do estudante ao grupo, de forma coletiva, e assegurar que a permanência no colégio tenha a mesma qualidade que a dos outros alunos”, espera a diretora pedagógica do Lubienska Centro Educacional, Rosário Azevedo.

